



**CENTRO UNIVERSITÁRIO
ÁREA DO CONHECIMENTO CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ANI CRISTINA MOTA DE SOUZA
CAROLINE BRANDÃO
KARINY TOMAZ PACHECO**

**A LIBRAS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: EXPERIÊNCIAS
VIVENCIADAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO UNIVAG –
CENTRO UNIVERSITÁRIO**

**Várzea Grande-MT
Julho 2020**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
ÁREA DO CONHECIMENTO CIENCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ANI CRISTINA MOTA DE SOUZA
CAROLINE BRANDÃO
KARINY TOMAZ PACHECO**

**A LIBRAS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: EXPERIÊNCIAS
VIVENCIADAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO UNIVAG –
CENTRO UNIVSERSITÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado,
como requisito para a conclusão da disciplina
TCCII.

Orientação: Profa. Dra. Larissa Silva Freire
Spinelli.

**Várzea Grande-MT
Julho 2020**

A LIBRAS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO UNIVAG – CENTRO UNIVERSITÁRIO.

Ani Cristina Mota de Souza¹
Caroline Brandão²
Kariny Tomaz Pacheco³
Larissa Silva Freire Spinelli⁴

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a partir de experiências vividas por três acadêmicas, duas surdas e uma ouvinte, do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Univag – Centro Universitário de Várzea Grande. A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa em dois momentos. No primeiro foi realizado um levantamento bibliográfico embasado nos estudos de Cassiano (2017); Fronza e Muck (2012); Moraes, Rocha, Mendonça (2018); Pereira (2018); Quadros e Karnopp (2004); Santos e Souza (2017), Silva (2018). Trata da educação dos surdos no Brasil, sistematiza algumas informações encontradas nos documentos oficiais sobre o ensino de Libras, tais como a Lei Federal nº 10.436/2002 e o Decreto Federal nº 5.626/2005. No segundo, relata alguns aspectos do processo de ensino-aprendizagem de Libras e as experiências vividas pelas acadêmicas. A aproximação entre a literatura levantada e o registro das experiências indica que a inserção da Libras na formação inicial de professores possibilita profissionais mais capacitados para atuarem na educação dos surdos e contribui para diminuição do distanciamento linguístico entre os surdos e os ouvintes.

Palavras-Chave: Libras, Formação de professores, Vivências.

LIBRAS IN THE INITIAL TRAINING OF TEACHERS: EXPERIENCES EXPERIENCED IN THE LICENSING COURSE IN PEDAGOGY OF UNIVAG - UNIVERSITY CENTER.

Abstract:

This article presents a reflection on the teaching of the Brazilian Sign Language (Libras), based on experiences lived by three academics, two deaf and one listener, from the Pedagogy Degree Course at Univag - Centro Universitário de Várzea Grande. The research was carried out through a qualitative approach in two moments. In the first, a bibliographic survey based on the studies of Cassiano (2017) was carried out; Fronza and Muck (2012); Moraes, Rocha, Mendonça (2018); Pereira (2018); Quadros and Karnopp (2004); Santos e Souza (2017), Silva (2018). It deals with the education of the deaf in Brazil, systematizes some information found in the official documents on the teaching of Libras, such as Federal Law nº 10.436 / 2002 and Federal Decree nº 5.626 / 2005. In the second, he reports some aspects of the Libras teaching-learning process and the experiences lived by the academics. The approximation between the literature surveyed and the recording of experiences indicates that the insertion of Libras in the initial training of teachers enables more qualified professionals to work in the education of the deaf and contributes to reduce the linguistic distance between the deaf and the listeners.

Keywords: Libras, Teacher training, Experiences.

¹ Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do Univag – Centro Universitário de Várzea Grande.

² Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do Univag – Centro Universitário de Várzea Grande.

³ Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do Univag – Centro Universitário de Várzea Grande.

⁴ Doutora em Estudos Interdisciplinares de Cultura pela Universidade Federal de Mato Grosso. Docente do Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Orientadora.

Introdução

Este artigo apresenta uma reflexão acerca do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) a partir das experiências do processo ensino-aprendizagem vivenciados por três acadêmicas durante o percurso curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Univag– Centro Universitário de Várzea Grande.

Atualmente a Libras é reconhecida e regulamentada como a segunda língua oficial do Brasil pela Lei Federal nº 10.436/2002. E de acordo com o Decreto Federal nº 5.626/2005 é obrigatório inserir no currículo escolar a disciplina de Libras nas instituições de ensino público e privado, ONG's e entidades filantrópicas.

Mediante o contexto legal e as diferentes realidades da aprendizagem de Libras pelos indivíduos surdos, algumas questões são lançadas para orientar a reflexão. Considerando o processo histórico, como foi à educação dos surdos? O que diz as legislações vigentes sobre a Libras? Qual é a relevância da Libras na formação inicial de professores?

Nota-se a importante presença de intérprete em sala de aula para intermediar e transmitir os conteúdos escolares para os alunos surdos por meio da Libras. Contudo, a utilização da Libras deve ser ampliada para a comunidade escolar.

Ainda são muitas as barreiras comunicativas que os surdos enfrentam, por outro lado é possível observar o aumento de sua presença nas instituições de ensino, sendo importante que os profissionais da educação e as comunidades escolares e acadêmicas estejam sensibilizados e preparados para inseri-los tanto no convívio escolar/acadêmico quanto no processo de aprendizagem.

É necessário reconhecer que a escola e as universidades desempenham relevantes papéis nos processos de constituição das identidades das pessoas surdas, que também se formam na relação com as pessoas ouvintes. Pensar as identidades dos surdos a partir da relação com os ouvintes no sentido de voltar a atenção para os processos de diferenciação uma vez que a “identidade só faz sentido numa cadeia discursiva de diferenças: aquilo que “é” é inteiramente dependente daquilo que “não é”. (SILVA, 2010, p. 46).

A partir desta compreensão, o encontro de duas acadêmicas não-ouvintes e uma ouvinte que compuseram uma turma do curso de Licenciatura em Pedagogia no Univag - Centro Universitário, buscou-se ampliar o entendimento acerca do ensino da Libras e refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem das mesmas ao longo do curso. Para tanto, três objetivos orientaram a pesquisa:

- Fazer um levantamento bibliográfico sobre a Libras e a educação dos surdos no Brasil;
- Sistematizar as informações encontradas nos documentos oficiais sobre o ensino da Libras;
- Relatar e analisar algumas experiências do processo ensino-aprendizagem de três acadêmicas durante a trajetória curricular no curso de Pedagogia, mediadas pelo ensino de Libras.

As fundamentações teóricas deste artigo foram alicerçadas nos estudos de Cassiano (2017); Fronza e Muck (2012); Morais, Rocha, Mendonça (2018); Pereira (2018); Quadros e Karnopp (2004); Santos e Souza (2017), Silva (2018); a Lei Federal 10.436/2002 e o Decreto Federal nº 5626/2005.

A metodologia da pesquisa

A metodologia se baseou na pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental articulada a relatos de experiências. A pesquisa foi realizada com base em dois procedimentos: levantamento da literatura sobre o tema e o registro da experiência de três acadêmicas acerca do ensino-aprendizagem de Libras.

O primeiro se constitui de um levantamento da literatura acerca do ensino da Libras, formação inicial acadêmica, educação de surdos, sendo consultados tanto documentos oficiais quanto referenciais teóricos publicados em livros, artigos, dissertações e teses.

O segundo procedimento trata-se de um relato reflexivo das experiências vivenciadas pelo grupo de acadêmicas durante o curso de Licenciatura de Pedagogia do Univag – Centro Universitário. Os relatos das acadêmicas surdas foram realizados por meio de filmagens em Libras e sendo traduzida para a Língua Portuguesa pelo intérprete de Libras. Também ocorreram alguns encontros virtuais justamente para sanar algumas dúvidas pertinentes às filmagens utilizando ferramentas para videoconferências e não encontros presenciais devido a situação atual da pandemia.

Tais experiências são avaliadas a partir da compreensão do termo *vivências* presentes no conjunto da obra de Nietzsche levantado por Monteiro (2004) ao ouvir as vivências de professoras em formação. A palavra alemã *erlebnis* em português significa vivência ou experiência, no sentido de experiência de vida. Nesta pesquisa, leva-se em conta a ideia de que as vivências quando compartilhadas criam vínculos entre pessoas, uma vez que podem comunicá-las entre si. Conforme o entendimento de Monteiro (2004), ouvir vivências

significa tomar contato com algo de significativa consistência, elas permitem acesso a regiões compreensivas.

Vigotski em sua obra *Psicologia da Arte* (1925) usa o termo *perejivanie* que traduzido por Prestes (2010, p.121) para Língua Portuguesa em sua tese significa *vivência* e consolida por meio do dicionário Houaiss (2001, p. 2875) definindo como “viver (uma dada situação) deixando-se afetar profundamente por ela”, sentido esse utilizado por Vigotski.

Partindo desses preceitos teóricos as experiências vivenciadas foram significativas na vida dessas acadêmicas para um alinhamento entre teoria e prática na construção de posicionamentos singulares voltados para a educação dos surdos e a formação de professores para uma efetiva educação de qualidade e sem barreiras linguísticas. Essa educação dos surdos sofreu adversidades em seu processo histórico como será explicitado na sequência.

A educação dos surdos no Brasil

Os primeiros sinais de preocupação com a educação dos surdos no Brasil surgiram na segunda metade do século XIX, com as primeiras instituições destinadas ao atendimento escolar das pessoas com deficiência auditiva uma iniciativa de Dom Pedro II, culminando com a fundação, em 1857, do Imperial Instituto de Surdos-mudos, atualmente conhecido como INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), localizado no Estado do Rio de Janeiro.

A cada dia as discussões acerca da educação de surdos vêm se intensificando, principalmente com a participação da comunidade surda brasileira. Hoje a discussão sobre educação de qualidade inclui o respeito à singularidade dos surdos. Mas, nem sempre foi assim, visto que historicamente a educação dos surdos passou por três grandes abordagens educacionais: **oralismo**, **comunicação total** e **bilinguismo**.

Na abordagem do **oralismo**, que ocorreu a partir de do final do século XIX enfatizava “a fala e a amplificação da audição e rejeitando de maneira explícita qualquer uso de língua de sinais”. (FRONZA e MUCK, 2012, p. 79).

O oralismo perpetuou por quase um século, com poucos resultados positivos para o aprendizado linguístico da criança surda, refletindo negativamente no seu rendimento escolar.

Ainda Fronza e Muck (2012, p. 79) acrescentam que:

O oralismo subordinava-se à conquistada expressão oral pelas crianças surdas e transformava a língua de sinais em um símbolo de repressão física e psicológica já que os sinais e o alfabeto manual eram proibidos, devido ao entendimento de que estes poderiam levar o indivíduo à acomodação e a não aprendizagem da fala. Nesse

sentido, a premissa básica do oralismo era fazer uma reabilitação do surdo em direção a “não surdez” e aos padrões de normalidade preconizados pela sociedade.

Embora pretendesse proporcionar a aquisição da língua na modalidade oral para integrar os surdos à sociedade, não tiveram êxito, pois a criança surda era capaz de captar, por meio de leitura labial cerca de 20% da mensagem e sua produção oral, normalmente, não é compreendida por pessoas que não convivem com ela. (FRONZA e MUCK, 2012).

Na sequência houve a abordagem da **comunicação total**, que surgiu na década de 70, e trazia como proposta o uso de todos os meios que pudessem facilitar a comunicação desde a fala até a leitura labial, a escrita, o desenho, a língua de sinais, a expressão facial, os aparelhos de amplificação sonora e o alfabeto manual. Também foi uma proposta equivocada, pois embora tivesse a intenção de desenvolver a linguagem da criança surda, propiciava mais dificuldades porque se utilizava sinais na estrutura da língua portuguesa, como um recurso para o ensino da língua oral, ou seja, enfatizava um sistema totalmente artificial denominado de português sinalizado, remetendo, então, ao bimodalismo (onde a criança surda estaria apenas reproduzindo informações que não fazia parte de seu repertório linguístico, pois o objetivo era aprender a língua portuguesa e não a língua materna, a língua de sinais).

A abordagem do **bilinguismo** surgiu na década de 80 e vem ganhando crédito entre os pesquisadores da área da surdez e da própria comunidade surda. Nessa proposta é valorizado o desenvolvimento potencial linguístico e cognitivo da criança surda integrando-a socialmente, além de apontar para a aquisição da língua portuguesa como segunda língua para os surdos. (FRONZA e MUCK, 2012).

No bilinguismo, a língua de sinais é considerada a língua materna do surdo e a privilegiada na alfabetização da criança surda e em outro momento é ensinado a língua portuguesa como segunda língua. Os resultados positivos são impressionantes tanto da parte dos alunos surdos quanto da parte dos professores ouvintes bilíngues (que são fluentes na Língua Portuguesa e na Libras). Lembrando que esse ensino no moldes do bilinguismo precisa ter a participação de professores surdos fluentes na Libras, porque eles se tornam protagonistas nesse processo educacional.

Para corroborar essa afirmação citamos Fronza e Muck (2012, p. 83):

Acreditamos que a educação bilíngue atenda, em maior medida, aos anseios de que a criança surda aprenda, o mais cedo possível, a língua de sinais e, posteriormente, a língua portuguesa escrita, na escola. Assim, a criança chegará ao ambiente escolar com uma língua formal constituída, a língua de sinais, e a única preocupação da escola será com o ensino do português, sua L2. Isso seria o ideal no ensino de surdos.

Considerando a prática educativa e na escolarização dos surdos, os professores tem que ser mediadores do conhecimento e da transmissão de valores com qualidade, mas para isso precisam compreender e respeitar essa maneira própria de aprender e ensinar desses alunos.

As legislações vigentes sobre a educação e a Libras

A Constituição Federal de 1988 determina em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos, e que é dever do Estado e da família possibilitar o preparo do indivíduo para o exercício de cidadania e sua qualificação. Preocupar-se com a educação inclusiva é garantir igualdade de tratamento, oportunidades, bem estar, respeito, dignidade e justiça social às pessoas surdas.

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nº 9394/1996 traz um seu Art. 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, isso reforça a importância da educação ser um instrumento transformador na vida dos alunos surdos e não um simples momento passageiro sem importância.

Desde a criação da Lei de Libras de nº 10.436/2002 que dispõe sobre a “obrigatoriedade do seu reconhecimento como língua da comunidade dos surdos conforme a Art. 1º e seu parágrafo único. De um modo geral, reconhece o bilinguismo como o caminho educacional para nortear a educação dos surdos no país”. (PEREIRA, 2008, p. 25).

Após três anos houve a sua regulamentação através do Decreto nº 5626/2005, focando no processo de inclusão da disciplina de Libras como componente curricular nas instituições de ensino superior como redigido:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Também esse decreto dispõe sobre a formação de intérpretes, instrutores e professores de Libras e sobre a inserção do intérprete em sala de aula para auxiliar a compreensão dos conteúdos curriculares dos alunos surdos. E as instituições de ensino superior “deverão

oferecer cursos de Libras como modalidade de extensão ou disciplina da graduação” para que possa garantir um ambiente de interação entre acadêmicos surdos e acadêmicos ouvintes, quando ambos se encontram nesses espaços institucionais. Dentro das escolas, a inserção do intérprete vem sendo a única tentativa para a melhoria da educação de surdos. Não podemos dizer que isso é o ideal, já que, além de inserir o intérprete, as escolas deveriam adequar seus materiais, ambientes e currículos para atender às necessidades não somente dos ouvintes, mas dos surdos também. (PEREIRA, 2008, p. 25)

E no ensejo salientamos que embora essas necessidades sejam implementadas para atender o alunado é importante que as legislações, as resoluções e normativas abarcam as ações pedagógicas para que possam partir da teoria para a prática. Na sequência serão citados alguns documentos para exemplificação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Aplica-se à educação escolar e indica conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade.

Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Porém a compreensão de que ainda não é o suficiente ajuda na continuidade desse processo, conforme argumenta Cassiano (2017, p. 23):

Os documentos internacionais que colaboraram para o desenvolvimento das leis brasileiras, a começar pela LDB, ECA, a lei da Libras entre outros, indicavam as direções a serem seguidas pelos países que pretendiam adotar em suas políticas educacionais meios para inserir as pessoas com necessidades educacionais especiais. Esses documentos permitiram um novo olhar para o surdo e a elaboração dessas leis indica que a direção a ser seguida está correta. No entanto, para que sejam garantidos de fato os direitos dos surdos ainda há uma série de ações que devem ser implementadas, a começar da formação de professores, que embora tenha sua garantia estabelecida em lei, acreditamos que a carga horária disponibilizada pelas universidades nos cursos de licenciatura é insuficiente para formar um profissional competente para usar a língua de sinais.

Contudo a BNCC não inclui a Libras como disciplina curricular apenas aborda aspectos importantes para o campo de experiência, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os saberes e conhecimentos que são: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; oralidade e escrita; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (SILVA, 2018).

A Libras não é contemplada quando se trata da oralidade e escrita, sendo que a língua materna dos surdos é a Libras e sua modalidade é de língua sinalizada e não língua oralizada, isolando assim a cultura e a identidade do surdo. Assim como na área de Linguagens, não encontramos amparo na BNCC, que garante aos indígenas, por exemplo, o aprendizado da sua língua materna: Língua Portuguesa, Língua materna para populações indígenas; Educação Física e Arte, porém nenhuma referência a Libras.

E comparando os preceitos teóricos da Educação Inclusiva com o da Educação Bilíngue, essa segunda é a mais adequada para a Comunidade Surda, pois o espaço escolar que adota essa abordagem estaria garantindo profissionais qualificados em Libras para uma educação básica de qualidade direta na língua materna dos surdos sem a intermediação do intérprete de Libras, entretanto essa proposta bilíngue está em discussão para futuras implementações no âmbito das políticas educacionais para surdos.

Na Educação Inclusiva a maioria dos alunos são ouvintes e não são conhecedores da Libras e os alunos surdos ao serem inseridos nesses espaços sentem uma carência linguística muito grande por não compartilhar os seus anseios com os demais colegas ficando a mercê do intérprete de Libras a todo momento principalmente quando precisa se comunicar com a equipe gestora da escola. Nesse espaço a presença do intérprete é primordial.

Deve-se reforçar de que ao ingressar nos espaços acadêmicos além de ser ofertado o intérprete de Libras seria recomendável que o corpo docente e discente também utilizasse a Libras como forma de comunicação com os acadêmicos surdos. Por isso é importante se pensar em uma formação em Libras que assegure um conhecimento teórico e prático na formação inicial acadêmica.

A formação em Libras

Conforme a Lei Federal nº 10.436/2002, a Libras é oficialmente a segunda língua dessa nação, mas somente em 2005 se tornou obrigatório o ensino de Libras nos cursos de graduação de licenciatura, através do Decreto Federal nº 5.626/2005, porém as universidades tiveram até dezembro de 2015 para programarem a adequação na formação inicial dos professores para oferecer a disciplina de Libras em suas grades curriculares na formação de docentes. Essa implementação é importante na graduação porque prepara esse profissional para lidar com a educação inclusiva e a responsabilidade social, possibilitando assim uma equidade.

Os profissionais que trabalham com a educação de surdos precisam compreender que eles têm “a sua maneira própria de aprender e vivenciar suas experiências, diferindo das pessoas que ouvem, principalmente em relação à língua e à linguagem e são considerados diferentes, pelo marco sociocultural da surdez” (PEREIRA, 2008, p.30).

Atualmente o que está colocada em prática é a Educação Inclusiva que tem sido discutida e observada. Têm como premissa ofertar uma educação efetiva para todos os alunos inseridos nesse espaço escolar, principalmente alunos com deficiências e podendo contar com profissionais capacitados para ensiná-los.

Deve-se iniciar uma reflexão e discussão sobre o ensino de Libras, nas escolas e principalmente nas universidades, que atualmente encontramos apenas uma carga horária insuficiente para a aprendizagem dessa disciplina.

Sobre isso Pereira (2008) ressalta que não se pode tornar superficial o ensino Libras, tomando uma única disciplina semestral, como manual de inclusão dos surdos na escola e na sociedade acreditando que isso seria suficiente.

Segundo Vygotsky *apud* Pereira (2008), o adulto tem um papel muito relevante na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo da criança, pois na teoria sociointeracionista a interação com o meio ambiente e no contexto social com o outro e que se predominam as maiores influências no modo de aprender dos alunos. Ou seja, a comunicação é uma ferramenta de extrema importância para a interação social, portanto o ensino de Libras nos cursos de formação inicial docente é imprescindível, para que haja uma interação real e humanizada, possibilitando de fato uma mediação do conhecimento.

Com o docente que tem o conhecimento prático em Libras a interação em sala aconteceria, por exemplo, trabalhar conceitos, possibilitaria ao surdo uma melhor compreensão em sala de aula. Essa é uma das muitas dificuldades da interação professor-aluno, inclusive no seu processo de avaliação. Essa interação promove sentido no processo de aprendizagem. Traz o aluno para uma participação da construção do conhecimento.

Diante de toda a realidade inclusiva da sociedade educacional atual, ou seja, com o aumento da matrícula de surdos nas escolas, percebe-se a necessidade de um preparo do professor e da escola para a comunicação em Libras para trabalhar com alunos e famílias surdas. Aprender Libras nos cursos de formação inicial docente propõe um dos princípios primordiais da educação: a interação, e a comunicação é uma ferramenta importante para isso. (MORAIS, ROCHA, MENDONÇA, 2018, p.8)

Strobel *apud* Pereira (2008) considera que a uma dificuldade em encontrar professores habilitados para trabalhar com os alunos em sala de aula. Na maioria dos cursos de Pedagogia não ofertavam a Libras foi através do Decreto Federal nº 5.626/2005 que a obrigatoriedade das aberturas de cursos de libras nestes cursos de formações foi possível.

Dentro do atual contexto, essa vivência de isolamento social nos traz grandes aprendizagens, e certamente a maior delas é o isolamento, essa pandemia nos possibilita a reflexão sobre a empatia. Indubitavelmente as pessoas com deficiências conhecem como ninguém o isolamento e possivelmente são os que mais estão sofrendo. Por isso é preciso uma reflexão maior sobre o isolamento que os surdos vivenciam diariamente, sem a interação social entre aluno-professor e a ausência da interação entre colegas ouvintes e surdos desde o ensino básico ao superior.

A partir do Decreto Federal 5.626/2005, percebe-se que muitas universidades e faculdades têm ofertado aulas de Libras presenciais com os conteúdos teóricos e com aspectos mais práticos abordando a história da educação dos surdos e com um ensino básico da Libras. Isto infelizmente, não dá condições aos futuros docentes para lidarem diretamente com os alunos surdos, entretanto, por este motivo há a necessidade dos acadêmicos do curso de formação inicial buscar uma formação externa em centro de ensino de idiomas. Deve-se ter a compreensão de que a Libras para o surdo brasileiro é tão importante como a Língua Portuguesa é para o ouvinte brasileiro.

Libras e seus aspectos linguísticos

A Libras é a língua natural da Comunidade Surda Brasileira de acordo com a Lei Federal nº 10.436/2002. As mãos são movimentadas no espaço em frente ao corpo realizando sinais em algumas posições nesse espaço para efetivar uma comunicação. O léxico da Libras é formado por sinais, diferente da Língua Portuguesa que o léxico é formado por palavras. Quadros e Karnopp (2004, p. 51) acrescentam:

Um sinal pode ser articulado com uma ou duas mãos. Um mesmo sinal pode ser articulado tanto com a mão direita quanto com a mão esquerda; tal mudança, portanto, não é distintiva. Sinais articulados com uma mão são produzidos pela mão dominante (tipicamente à direita para destros e a esquerda para canhotos), sendo que sinais articulados com as duas mãos também ocorrem e apresentam restrições em relação ao tipo de interação entre as mãos. A língua de sinais brasileira, assim como as outras línguas de sinais, é basicamente produzida pelas mãos, embora movimentos do corpo e da face também desempenham funções.

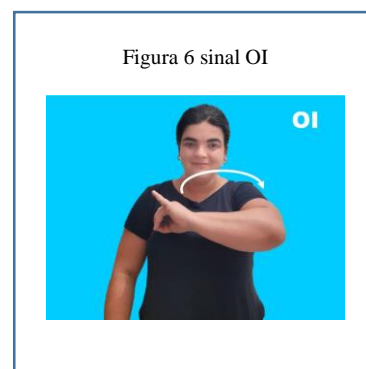
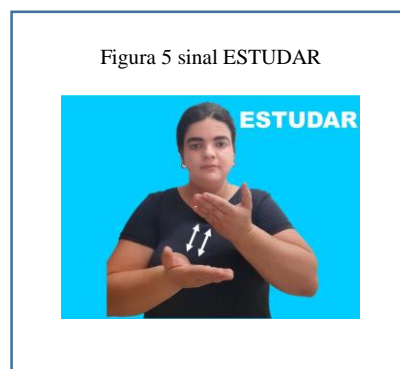
Para Quadros e Karnopp (2004) na produção da maioria dos sinais é necessário à junção de parâmetros linguísticos que são cinco:

- 1) **Configuração de Mão:** é o formato da mão para realiza um sinal, veja foto.
- 2) **Locação:** é o lugar onde posiciona a configuração de mão para realizar um sinal.
- 3) **Movimento:** alguns sinais têm movimentos podendo ser giratório como é caso desse sinal que está sendo exemplificado.
- 4) **Direcionalidade:** ao desenvolver um movimento sobre um sinal ele tem uma direção podendo ser pra cima, para baixo, para a direita, para a esquerda, etc.
- 5) **Expressões Não Manuais:** exerce uma função importante na comunicação, pois é por meio delas que conseguir entender a intencionalidade das pessoas que estão sinalizando.

Observe alguns sinais com essas características linguísticas:



Fonte: Kariny Tomaz Pacheco (2020)



Fonte: Ani Cristina Mota de Souza (2020)

Não é correta a ideia de que a língua brasileira de sinais surgiu da língua portuguesa. A língua de sinais teve origem na França, utilizando como base a língua francesa de sinais.

Tem como característica uma língua visual-espacial, ou seja, ela é compreendida pela imagem que se constrói por meio dos sinais.

Esses sinais correspondem a palavras, entretanto não se trata simplesmente de uma substituição, uma palavra por um sinal correspondente, ela tem suas peculiaridades, além de ser independente da língua portuguesa. Afinal ela é outro idioma, e não tem a mesma estrutura gramatical da língua oral, mas possui sua própria estrutura, que permite que se visualize a mensagem comunicada. Através da língua brasileira de sinais o surdo manifesta sua cultura, seu entendimento e estabelece uma comunicação com as pessoas de sua comunidade e meio social.

É provável que para um ouvinte haja certa dificuldade em compreender um texto escrito por um indivíduo surdo, que lhe pareça um texto desconexo. O que para muitos profissionais da educação se torna motivo de estranheza e incompreensão no momento da correção de uma avaliação por exemplo. O que em muitas vezes se torna ferramenta de distanciamento entre o professor e o aluno. Isso acontece porque os traços gramaticais da língua portuguesa não são compartilhados na língua brasileira de sinais, por exemplo: enquanto que na língua portuguesa usam-se artigos, verbos de ligação, preposições, na Libras não necessita dessas informações para gerar uma comunicação entre os interlocutores, por si só ela se completa. (QUADROS e KARNOPP, 2004).

A Libras é a língua de conforto dos surdos, por isso é primordial o seu uso principalmente na área educacional, porque é assim que os surdos se tornarão sujeitos sociais uma vez que a sua língua está sendo respeitada no espaço em que se encontram e contribui para uma educação plena e efetiva.

Experiências vivenciadas com o ensino de Libras

Vivências pela Perspectiva da Caroline

Durante o início do curso de Pedagogia - turma PDN16/2 a oportunidade surgiu de conhecer uma colega surda, e era visível a dificuldade em estabelecer uma comunicação plausível com os colegas em sala de aula. Essa colega chama-se Ani. Ela sempre nos despertava a necessidade de aprender a Libras para nos comunicarmos sem a intermediação do intérprete. Mesmo assim ela foi ensinando alguns sinais como: oi e boa noite. Entretanto isso não era o suficiente.

E nesse percurso, exatamente no 4º semestre recebi uma mensagem no grupo da turma sobre a abertura de inscrição para o curso de Libras, em uma instituição estadual, onde o curso era presencial, gratuito e com certificação. Aproveitei a oportunidade para me inscrever justamente com uma colega.

No dia da inscrição, me deparei com uma situação inusitada. As inscrições estavam sendo realizadas pelos próprios professores do curso, surdos. Tive dificuldade para compreendê-los. Naquele momento senti a mesma dificuldade que a Ani sente ao tentar comunicar com os colegas na faculdade. Isso fez com que refletisse sobre a importância de aprender a Libras para conversar com alguém que tem a necessidade de se comunicar na sua própria língua. Também me fez entender um pouco sobre as dificuldades das pessoas surdas quando se refere à comunicação.

Ao saber da minha inscrição no curso de Libras a Ani ficou contente. Logo outra acadêmica surda ingressou na turma seu nome Kariny. Ainda no 4º semestre ocorrem algumas situações embaraçosas com mudanças de intérpretes de Libras que acompanhavam a Ani e Kariny, nesse ínterim tentava ajudá-las nas realizações de trabalhos acadêmicos dentro das minhas possibilidades. Isso fortalecia ainda mais a necessidade da formação em Libras.

Vivenciei a realização de um projeto integrador juntamente com a Ani e a Kariny onde foi abordado um objeto cultural do Estado e foi aplicado no Casies (Centro de Apoio e Suporte à Inclusão da Educação Especial) utilizando a Libras como meio de interação e comunicação. O público alvo foi os alunos surdos desta instituição e a sua execução foi acerca da Paçoca de Pilão, onde foi apresentada tanto a teoria quanto a prática. Eles conheciam o produto, porém desconheciam todo o processo de fabricação da paçoca, simplesmente porque as informações não estão em Libras ou em algum momento no espaço escolar não foram oportunizados. Enfim, o que se conclui é que essa realidade precisa ser abraçada por profissionais da educação qualificados para que o conhecimento seja acessível para todos e que não sejam excluídos pela ausência de comunicação.

Vivências pela Perspectiva da Ani

Comecei a escolarização em uma escola onde era a única surda e a maioria dos alunos eram ouvintes. Não sabia a Libras e nesse espaço escolar era auxiliada pelos colegas e por

alguns professores, pois eles percebiam a minha dificuldade de acompanhar as aulas. Tentava fazer a leitura labial e mesmo assim não obtive bons resultados em compreender os ouvintes.

Os professores não sabiam a Libras e nem os colegas. Eles gesticulavam para que pudesse aprender os conteúdos, porém sem muito êxito. Aprendi a Libras aos 16 anos e isso interferiu na minha aprendizagem. Fui matriculada em um centro especializado quando estava no 4º ano do Ensino Fundamental e a partir do 8º ano em diante tive o auxílio do intérprete de Libras e com isso os conteúdos, as avaliações ficaram mais acessíveis com uso da Libras.

Assim que ingressei no Univag fiquei apreensiva quanto ao ambiente, pois é muito diferente do ensino médio. O andamento das aulas, as atividades, as avaliações, as apresentações dos trabalhos, era tudo novo para mim.

Eu era a única surda da minha turma (PDN 16/2) do curso de Pedagogia. As colegas ouvintes não sabiam a Libras tentava se aproximar usando sinais bem simples e algumas eram solidárias. No decorrer do curso, em alguns momentos houve transições de intérprete de Libras, porque alguns não conseguiam se adaptar a rotina do curso, mas isso foi logo resolvido. Para nós, surdos, a Língua Portuguesa é uma segunda língua e não é nada fácil se expressar em uma língua que não é a sua língua materna. Mas agradeço a compreensão dos professores e dos colegas.

Logo a Kariny, também surda, ingressou na turma isso foi motivo de alegria por ter uma colega com quem poderia me comunicar sem barreiras linguísticas. Realizava os trabalhos com a Kariny e a Carol, esta sempre demonstrava interesse em querer aprender a Libras, e sugeri que procurasse o Casies (um órgão do governo que oferta cursos). E foi justamente nesse órgão que aplicamos o projeto: Paçoca de Pilão para Alunos Surdos onde utilizamos a Libras para apresentação do projeto.

Também no Univag, em um semestre, foi iniciado o curso de Libras (60h) e foi gratificante em saber que as aulas seriam ministradas por uma professora surda. Agora eram as colegas ouvintes que sentiriam dificuldades em compreender os conteúdos de Libras assim como sentia a dificuldade de compreender os conteúdos na Língua Portuguesa quando não tinha o intérprete de Libras. Todavia no decorrer do curso as colegas tiveram a oportunidade de entender as necessidades linguísticas dos surdos.

Vivências pela Perspectiva da Kariny

Comecei a escolarização em uma escola inclusiva sem saber a Libras, só gesticulava, e a minha família não tinham conhecimento sobre a Libras.

Em uma escola inclusiva os alunos ouvintes e alunos surdos compartilham o mesmo espaço escolar. Alguns professores eram compreensivos, pois sabiam da minha dificuldade em acompanhar as aulas. Os colegas sempre tentavam me ajudar com as atividades. No 3º ano do Ensino Fundamental ingressei no Ceaada (Centro Especializado para Alunos Surdos). Mas os profissionais que atuavam nesse Centro embora fossem esforçados em seus trabalhos não eram tão fluentes na Libras. O que contribuiu para o meu progresso linguístico foi à interação com os colegas surdos. Fiquei fluente na Libras aos 12 anos. E a partir do 5º ano do Ensino Fundamental retornei para uma escola inclusiva onde fui auxiliada por um intérprete de Libras.

Assim que ingressei no Univag na turma 17/1 estranhei o ambiente desde os professores, as aulas, as avaliações e até as colegas, pois diferenciava do ensino médio.

Apesar da ansiedade fiquei muito feliz em saber que na faculdade tinha outra acadêmica surda que se chamava Ani. Logo nos tornamos amigas e parceiras para realização de trabalhos e estudos. E o Univag assegurou a presença do intérprete de Libras mesmo havendo alguns contratempos. Mas independente disso sempre tive vontade de me comunicar com as professoras e as colegas em Libras. E nas discussões entre grupos, podia contar com a colaboração da colega ouvinte Carol que se esforçava em se comunicar em Libras.

Também no Univag foi realizado um curso de Libras em um semestre (60h) sendo ministrado por uma professora surda e isso indicava que estaria em uma aula favorável linguisticamente, compreendendo os conteúdos direto na Libras. As colegas ouvintes sentiram algumas dificuldades porque estavam aprendendo uma segunda língua. Entretanto faço uma observação: 60h de Libras, não é suficiente para uma boa formação de professores para que ensinem um aluno surdo com qualidade.

As experiências das acadêmicas contribuem para o fortalecimento da reflexão acerca dos referenciais teóricos citados e para o reconhecimento da importância da Libras na formação inicial de professores para a concretização de uma boa educação para os surdos.

Considerações finais

Reflete-se ao fim deste trabalho que a educação dos surdos enfrentou situações adversas interferindo no seu desenvolvimento cognitivo e linguístico. Constatou-se que o bilinguismo é a melhor abordagem de ensino para os surdos, porém as discussões acerca dessa temática continuam nas políticas educacionais dos surdos. É importante ressaltar que embora a Lei Federal nº 10.436/2002 regulamentada pelo Decreto Federal 5.626/2005 obriga a inserção da Libras como disciplina nas faculdades e universidades, a carga horária de 60h (em um semestre) não garante um aprendizado de qualidade para que esses profissionais realizem um atendimento específico para a Comunidade Surda.

No cotidiano os surdos passam por alguns constrangimentos por que a dificuldade está em uma barreira linguística que deve ser rompida com a conscientização da sociedade em compreender a língua do outro, por isso a formação inicial é muito importante para a aprendizagem dos professores para o enriquecimento e desenvolvimento teórico/prático que fortalecerá a ação pedagógica. E em se tratando da educação inclusiva a formação de docente torna-se primordial e mesmo em uma escola bilíngue os profissionais também precisam estar comprometidos com a fluência na Libras.

Conclui-se que as experiências vivenciadas e os referenciais teóricos corroboram com a inserção da Libras na formação inicial de professores podendo garantir profissionais capacitados para atuarem na educação dos surdos e contribuir para diminuição do distanciamento linguístico entre os surdos e os ouvintes.

Referências

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>> Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.436** de 24 de abril de 2002. Brasília: Diário Oficial de União, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/d10436.htm>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.626** de 22 de dezembro de 2005. Brasília: Diário Oficial de União, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CASSIANO, Paulo Victor. **O surdo e seus direitos: os dispositivos da Lei 10.436 e do Decreto 5.626**. Petrópolis: Arara Azul, 2017.

FRONZA, Cátia de Azevedo; MUCK, Gisele Farias. Usando as chaves dos conceitos sobre concepções quanto ao ensino e à aprendizagem de língua por surdos. In: LOPES, Maura Corcini (org.). **Cultura surda e libras**. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

MONTEIRO, Silas B. **Quando a pedagogia forma professores: um investigação otobiográfica**. São Paulo: FEUSP, 2004. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2004.

MORAIS, Regiane Cristina de Oliveira; ROCHA, Ana Carolina da Silva; MENDONÇA, Suelene Regina Donola. **Formação inicial dos professores e o ensino obrigatório de Libras: seus desafios e conquistas**. Curitiba: Educere, 2018.

PEREIRA, Terezinha de Lourdes. **Os desafios da implementação do ensino de libras no ensino superior**. Ribeirão Preto: CUMML, 2008.

PRESTES, Zoia Ribeiro. **Quando não é quase a mesma coisa: Análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil repercussões no campo educacional**. Brasília: UnB, 2010.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, Tais Andrade dos; FILHO, Moacir Pereira Souza. **Ensino de libras na formação inicial de professores dos cursos de licenciatura em Física: a obrigatoriedade por meio do Parecer CNE/CP nº 2/2015**. São Paulo: Unesp, 2017.

SILVA, Renata de Arruda Câmara. **Um olhar sobre o surdo na nova Base Nacional Comum Curricular no Brasil**. Petrópolis: Arara Azul, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, Rejane de Aquino. A implantação da Libras nas licenciaturas: desmistificando conceitos. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 13, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/9245>>. Acesso em: 20 jun. 2020.